

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) FERNANDO DE PAULA LIMA

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE UMA FORÇA ANFÍBIA FRENTE ÀS AMEAÇAS
DO TERRORISMO, COMO RISCO À SEGURANÇA NACIONAL E INTERNACIONAL.

Rio de Janeiro

2021

CC (FN) FERNANDO DE PAULA LIMA

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE UMA FORÇA ANFÍBIA FRENTE ÀS AMEAÇAS
DO TERRORISMO, COMO RISCO À SEGURANÇA NACIONAL E INTERNACIONAL.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CF (FN) Jorge Luiz Ferrari de Lima
Soares

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

RESUMO

A história dos conflitos nos mostra uma gama de estratégias nos quais um oponente tenta surpreender uma força adversa mais poderosa, explorando suas fraquezas, evitando suas fortalezas e tentando alcançar um impacto para além do nível tático, como foram os casos de atentados terroristas ocorridos no início do século XXI nos Estados Unidos da América e na Europa, sendo o terrorismo uma ferramenta da guerra assimétrica que causa grande repercussão e medo. Nos últimos tempos, têm surgido novas ameaças na arena mundial, entre as quais podemos citar a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo internacional, a pirataria, o crime organizado e a possibilidade contínua de conflitos religioso, étnico, econômico ou territorial. Um mundo diferente, mais globalizado, exerce uma influência onde existe desequilíbrio econômico e social, provocando ressentimento e frustração. O terrorismo global, uma forma dispar de atingir a assimetria, é hoje uma realidade que não parece ter um fim a curto ou médio prazo. A violência ilimitada tornou-se, no início do século XXI, uma ameaça à paz mundial e um desafio para os Estados e suas democracias. Este novo tipo de confronto dos “fracos” contra os “fortes” colocou os países mais poderosos, tais como os EUA e os membros da OTAN, em evidência tornando o mundo um lugar menos seguro. Este trabalho analisará por meio de um estudo de caso e revisão bibliográfica a importância de uma Força Anfíbia moderna e aprestada diante das ameaças do terrorismo, como risco à segurança nacional e internacional, tendo as medidas adotadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte e suas lições apreendidas no contexto das novas ameaças como parâmetro para o preparo da Marinha do Brasil e do Corpo de Fuzileiros Navais para a nova cena estratégica mundial.

Palavras-chave: Novas Ameaças. Terrorismo. Estratégia. OTAN. Brasil. Marinha do Brasil. Força Anfíbia. Corpo de Fuzileiros Navais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM -	Armas de Destruição em Massa
CFN -	Corpo de Fuzileiros Navais
C-IED -	Contra Dispositivo Explosivo Improvisado
CTRC -	Counter Terrorism Referente Curriculum
END -	Estratégia Nacional de Defesa
ETA -	Liberdade para Terra Basca
EUA -	Estados Unidos da América
GCTF -	Fórum Mundial contra o Terrorismo
GPTOPFUZNAV -	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
IRA -	Exército Republicano Irlandês
ISAF -	Força Internacional de Assistência à Segurança
MB -	Marinha do Brasil
NBQR -	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
NRF -	NATO Response Force
OLP -	Organização para Libertação da Palestina
ONU -	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEM -	Plano Estratégico da Marinha
PND -	Política Nacional de Defesa
RAM -	Revolução nos Assuntos Militares
UA -	União Africana
UE -	União Européia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A TEORIA DAS QUATRO ONDAS	9
2.1	A Primeira Onda: “Onda Anarquista”	12
2.2	A Segunda Onda: “Onda Anticolonial”	13
2.3	A Terceira Onda: “Onda da Nova Esquerda”	15
2.4	A Quarta Onda: “Onda Religiosa”	17
2.5	Estamos à Beira de uma Quinta Onda?	20
2.6	Considerações Parciais	21
3	A ESTRATÉGIA DA OTAN NA PREVENÇÃO E COMBATE AO TERRORISMO	22
	Conformidade com o Direito Internacional	24
	Apoio aos Aliados	25
	Não-Duplicação e Complementaridade	25
	Medidas Defensivas de Combate ao Terrorismo (Antiterrorismo)	26
	Gestão das Conseqüências do Contraterrorismo	27
	Medidas Ofensivas de Combate ao Terrorismo (Contraterrorismo)	27
	Cooperação Militar com Aliados e Forças Não-Militares	27
3.1	Considerações Parciais	30
4	IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS ANFÍBIAS NA NOVA CENA ESTRATÉGICA MUNDIAL	32
4.1	Importância das Forças Anfíbias no Século XXI	38
4.2	Considerações Parciais	40
5	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A história está repleta de estratagemas nos quais o antagonista busca surpreender uma força adversa mais poderosa, explorando as suas vulnerabilidades, evitando suas capacidades e tentando alcançar um impacto para além do nível tático. Vêm à memória os ataques terroristas que ocorreram nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa entre 2001 e 2004, sendo o terrorismo uma ferramenta na guerra assimétrica que causa grande repercussão.

Um dos nomes mais respeitado no meio acadêmico internacional que se concentra no estudo do tema é o professor estadunidense David RAPOPORT, emérito de ciência política da Universidade da Califórnia, Los Angeles, que através de sua teoria “The Four Waves of Modern Terrorism” faz uso do conceito de ondas para sistematizar os fenômenos do terrorismo moderno, incluindo cenários e decursos históricos que compreendem acontecimentos e grupos terroristas com características próprias e que tem-se manifestado através de ações, habitualmente violentas, que podem ser independentes ou simultâneas.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é consciente da real ameaça do terrorismo. Seus chefes de Estado declararam em novembro de 2006 que “o Terrorismo juntamente com a proliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM), provavelmente constituirão as principais ameaças à estabilidade e à segurança nacionais e internacionais nos próximos 10 a 15 anos”. Além disso, o terrorismo e sua natureza seletiva e indiscriminada é uma bravata real e presente, e não hipotética ou futura, transformando todos os Estados em alvos potenciais de atentados terroristas, razão pela qual a segurança e a defesa devem ser uma das principais prioridades dos Governos.

Esse crescente do terrorismo, especialmente nas últimas décadas, é um alerta para o Brasil, principalmente pelo protagonismo regional e, ainda, pela busca por maior representatividade em organismos multilaterais. Analisando eventos sucedidos no passado,

vê-se que as prováveis ameaças contra os interesses do País terão em muitos casos a sua origem em cenários distantes de nossas fronteiras, com decorrente criação de áreas de instabilidade localizadas na nossa costa ou podendo ser acedidas a partir desta. Destarte, na nova cena estratégica será necessário dispor de forças conjuntas e em consonância com uma elevada capacidade de projeção.

Pelo exposto, o papel do Brasil no cenário internacional tende a ganhar cada vez mais importância, especificamente no seu entorno estratégico, juntamente com a necessidade de combinar esforços para combater ameaças irregulares como o terrorismo onde quer que estejam, tornando necessário manter uma força moderna, adestrada e em estado de permanente prontidão.

Com o objetivo de legitimar e questionar conceitos e situações vigentes na conjuntura nacional, este estudo adotará uma metodologia baseada em estudo de caso e revisão bibliográfica, com o propósito de constituir preceitos para o preparo da Marinha do Brasil (MB) e do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) no contexto das novas ameaças, tendo a OTAN como parâmetro. Desta forma, contribuirá para o aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre a importância da Força Anfíbia na nova cena estratégica mundial.

Como pressuposto teórico foram utilizadas as visões de James J. F. FOREST (2007) e David C. RAPOPORT (2013) sobre questões relacionadas às novas ameaças, contribuindo para a política de segurança nacional, bem como para a compreensão da ameaça terrorista e como ela pode ser neutralizada.

Visando o ordenado encadeamento de ideias, o trabalho será apresentado em capítulos, sendo o primeiro a presente introdução, seguido pelo capítulo dois, onde será abordada a percepção teórica das Quatro Ondas do Terrorismo Moderno de David RAPOPORT, com o objetivo de limitar o campo de abordagem ao longo da história, destacando-se o avanço do terrorismo nas últimas décadas. Posteriormente, no capítulo três,

será apresentada a estratégia da OTAN na luta contra o terrorismo, a qual a partir de 2001 passou a adotar uma tática de combate que consiste no desenvolvimento de um conceito militar específico baseado nas diretrizes políticas apropriadas da Organização. No quarto capítulo, será descrita a importância das Forças Anfíbias na nova cena estratégica mundial, devendo estar em constante evolução e em condições de adaptar-se ao combate em diferentes e variados ambientes, e serem capazes de desempenhar um papel relevante no novo contexto estratégico, em regiões onde a fragmentação geopolítica exige mobilidade e flexibilidade, e onde a ação a partir do mar pode variar desde uma forma discreta de diplomacia militar até operações anfíbias de alcance variável em ações contra o terrorismo ou em resposta à crises. Por fim, no Capítulo 5, será feita uma breve conclusão a respeito da importância estratégica de uma Força Anfíbia frente as ameaças do terrorismo, como risco à segurança nacional e internacional.

2 A TEORIA DAS QUATRO ONDAS

A primeira vez que a palavra “Terrorismo” foi empregada remonta aos relatos da Revolução Francesa, quando a definição foi incluída no Dicionário da Real Academia Francesa em 1798, mas tinha conotação positiva, pois representava uma ação do estado contra os “criminosos” antagonistas ao governo que foram guilhotinados (SIMIONI, 2008).

No que diz respeito ao conceito atual, o terrorismo moderno teve origem no final do século XIX, sendo classificado por RAPOPORT (2004) em quatro fases, chamadas de “Ondas”. Ele afirma que essas ondas são temporais e sistemáticas, possuindo *modus operandi* distintos.

O terrorismo não é um fenômeno novo. Embora a história do terrorismo moderno não afete necessariamente o seu desenvolvimento atual e futuro, o fato é que muitos dos padrões atualmente seguidos por grupos terroristas como “Al-Qaeda”, Estado Islâmico “ISIS” e “Boko Haram”, como extrema violência e perversidade, por exemplo, foram usados no passado. Deste modo, seu estudo é essencial para compreender seu desenvolvimento e identificar possíveis políticas contra e antiterroristas. (BEZERRA, 2019).

O terrorismo é um acontecimento que se apresenta como abstrato em sua essência. Com o objetivo de se chegar a sua definição, ao longo da pesquisa foram buscadas ideias de alguns dos principais profissionais no campo do terrorismo como David RAPOPORT, Leonard WEINBERG e Ami PEDAHZUR. Os autores propuseram uma definição de consenso com base no menor denominador comum, tendo o público como o ator principal.

“O Terrorismo é uma tática de motivação política que envolve a ameaça ou o uso da força ou da violência na qual a busca da publicidade desempenha um papel importante.”

Constata-se que a análise periódica da violência terrorista proposta por RAPOPORT é um bom ponto de partida. Sua proposição é inseparável das grandes mudanças na estrutura social e econômica das organizações estatais e da comunidade humana. Uma

dinâmica cíclica, que permeia as fases de mobilização e desmobilização, seria o resultado da interação entre organizações, autoridades, movimentos e grupos de interesse.

Sydney TARROW¹ (1989) apresenta a dinâmica cíclica de mobilização coletiva em três etapas: uma fase ascendente, que ocorre quando novas injustiças são impostas a pessoas que há muito sofreram reclamações, ou quando as oportunidades de ação aumentam devido à presença de um clima político menos coercitivo. Há então um aumento acelerado das demandas iniciais, o que tem três efeitos na esfera política:

- geração de novas oportunidades de protesto ao ser demonstrada a vulnerabilidade das autoridades a essas exigências;
- estímulo de oportunidades de ação coletiva, reduzindo seus custos para outros atores, permitindo maior contestação;
- ameaça aos interesses do Estado e de grupos concorrentes para o mesmo espaço político.

Nesta fase, a violência aumenta acentuadamente, dado que a entrada de um novo membro na comunidade política tende a produzir confrontos, visto que os concorrentes pelos mesmos recursos estarão preparados para resistir com todos os meios à sua disposição, os aspirantes tenderão a reforçar suas exigências com o uso da força, cada um define a ação do outro como ilegítima e, portanto, meios justificados e extraordinários de coerção vêm a eclodir.

Na etapa intermediária, o pico da mobilização é atingido, o que parece se espalhar para a sociedade como um todo. O conflito intergrupos se torna intenso e generalizado: a instabilidade da elite se torna mais aguda, as coalizões objetivas ou explícitas se formam entre os diferentes atores, bem como o ressentimento e o antagonismo pelo apoio popular ou outros recursos de poder também aumentam.

¹ Sidney George Tarrow é um professor emérito de ciência política da Universidade da Califórnia, Los Angeles, conhecido por suas pesquisas nas áreas de política comparada, movimentos sociais, partidos políticos, ação coletiva e sociologia política.

Na fase descendente do ciclo, inovações táticas destinadas a prolongar a dinâmica do protesto levam a um ressurgimento dos confrontos violentos e da repressão, e estes levam ao arrefecimento. As pessoas começam a discordar, não apenas sobre o conteúdo da ação coletiva, mas também sobre sua legitimidade. Tudo isso desestimula a ação e força os movimentos que persistem em protestar à margem dos movimentos sociais de referência a adotarem atitudes militantes cada vez mais agressivas e extremadas.

Para David RAPOPORT, a “Onda Anarquista” representa a primeira experiência de terrorismo global ou verdadeiramente internacional da história. Foram seguidas por três expressões similares, consecutivas e às vezes sobrepostas: a “Onda Anticolonial” que começou na década de 1920 e durou cerca de quarenta anos; a “Onda da Nova Esquerda”, que diminuiria notavelmente no final do século XX, deixando um certo número de grupos ativos; e por fim, a “Onda Religiosa” que surgiria em 1979, e que se aplicarmos o modelo das três primeiras ondas, ela desapareceria em 2025, época em que uma possível nova onda surgiria.

Sobre o Fenômeno “Onda”, RAPOPORT o descreve como:

“Ciclo de atividade durante um determinado período de tempo, caracterizado por fases de expansão e contração. Uma característica chave de uma onda é seu caráter internacional; atividades similares ocorrem em diferentes países e, além disso, são impulsionados por uma energia predominante semelhante que a molda e caracteriza as relações entre os grupos participantes”.

Como seus próprios nomes sugerem, cada uma das ondas “anarquista”, “anticolonial”, “nova esquerda” e “religiosa” seria impulsionada por uma energia diferente.

As três primeiras ondas duraram aproximadamente 40 anos, embora a “nova onda à esquerda” tenha sido um tanto abreviada. O padrão parece se ajustar ao ciclo da vida humana, onde os sonhos que inspiraram os pais perdem seu apelo para as crianças. As organizações geralmente se desgastam antes da onda, embora às vezes uma organização possa viver mais do que a onda associada (RAPOPORT, 2002).

Cada onda dá origem a feitos importantes que refletem sua natureza especial e contribuem para o moderno esforço conjunto de formular uma “ciência” do terror.

2.1 A Primeira Onda: “Onda Anarquista”

O terrorismo anarquista foi o que mais contribuiu para a disseminação do medo deste novo fenômeno no Ocidente como um todo, e já em 1898 uma conferência internacional foi realizada em Roma para lidar com ele. Essa encontro foi denominado de “antianarquista”, porque, na época, anarquismo e terrorismo eram termos quase sinônimos para governos e opinião pública que compartilhavam a preocupação com a sucessão de ataques inspirados pela ideologia anarquista (AVILÉS, 2009).

Os criadores do Terrorismo Moderno formaram uma doutrina. A análise anarquista continha quatro pontos principais:

- a Sociedade era marcada por seus antagonismos, diferentes grupos sociais, conflitos, oposição de ideias, etc;
- convenções sociais eram concebidas para abafar e difundir esses antagonismos, gerando formas para solucionar essas diferenças;
- que essas convenções eram simplesmente produtos da história, atos nesse tempo vistos como imorais, e que a busca da libertação era necessária; e
- o terror era o meio mais rápido e eficaz de destruir essas convenções sociais.

O ápice da Primeira Onda ocorreu na década de 1890, na chamada “A Era de Ouro dos Assassinatos”. Conforme WOLOSZYN (2010), o Terrorismo Anarquista foi marcado pelo assassinato de figuras políticas e das classes ricas que simbolizavam a manutenção dessa opressão econômica, tais como o presidente Carnot, da França, em 1894, da rainha Elisabeth, da Áustria, em 1896, do primeiro-ministro da Espanha, Antonio Canova, em 1897, do rei Humberto I da Itália, em 1900 e do presidente dos Estados Unidos da América, William McKinley, em 1901, gerando como contraponto a percepção da violência nas atrocidades terroristas pela maioria dos espectadores. Após o assassinato do seu antecessor William McKinley pelas mãos de um anarquista, o então Presidente Norte-

Americano Theodore Roosevelt² aproveitou a ocasião para lançar o primeiro esforço internacional com o propósito de eliminar o terrorismo em toda parte.

“A anarquia é um crime contra toda a raça humana, e toda a humanidade deve se unir contra os anarquistas. Seus crimes devem ser considerados crimes contra as leis das nações, como a pirataria ou aquela forma de tráfico de homens conhecida como o tráfico de escravos; pois é uma infâmia muito mais negra do que qualquer outra. Deve ser assim declarado por todos os tratados entre poderes civilizados. Tais tratados dariam ao governo federal o poder de lidar com o crime”. (RAPOPORT, 2013, Tradução nossa)

A Primeira Onda do terrorismo não foi inteiramente anarquista. Ainda existiam certos valores a serem observados, sendo reconhecido que inocentes e pessoas não envolvidas no conflito deveriam ser preservadas. Uma característica destacada foi o uso de explosivos para a realização de atentados. Nela alguns grupos nacionalistas como os Narodniks³ também desempenharam um papel relevante. Os Populistas e Revolucionários Russos autointitulavam-se terroristas com ufania, se descrevendo como “nobres, terríveis, irresistivelmente fascinantes, unindo as duas sublimidades da grandeza humana, o mártir e o herói”, seus objetivos eram políticos e buscavam afetar atividades públicas.

2.2 A Segunda Onda: “Onda Anticolonial”

A Segunda Onda desenvolveu-se entre 1922 e 1960, marcada pelo período anticolonial. Grupos usam o terrorismo objetivando tornar independentes ex-colônias, como exemplo, Argélia, Chipre e Irlanda, assim como várias propriedades na África. Foi caracterizada por ações contra a polícia e o exército das forças coloniais.

Após a fim da Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Paz de Versalhes desencadeou a esperança “anticolonial”. Com o apoio dos EUA e da Organização das Nações Unidas (ONU), os impérios dos Estados derrotados (principalmente na Europa) foram

2 Theodore Roosevelt foi um militar, explorador, naturalista, autor e político norte-americano que serviu como o 26º Presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909.

3 Narodniks ou populistas russos eram membros das elites urbanas cultivadas da Rússia, aderentes ao socialismo agrário, que, durante as décadas de 1860 e 1870, idealizavam um regresso à vida no campo, inspirados no romantismo.

subjugados e divididos através da aplicação do Princípio da Autodeterminação⁴ (WHITTAKER, 2005). Quando a independência não fosse imediatamente viável, os territórios se tornariam “mandatos”, cujo destino final seria ser independente. Mas os vencedores não poderiam defender estes princípios sem levantar dúvidas sobre a legitimidade de seus próprios impérios. Nessa onda podemos citar a atuação de grupos terroristas como, principalmente, o IRA (Exército Republicano Irlandês), o ETA (Liberdade para Terra Basca) e a OLP (Organização para Libertação da Palestina) (COSTA, 2017).

As táticas da Segunda Onda diferiram das referentes à primeira em alguns aspectos. De maior destaque foi a lição aprendida de que assassinar figuras políticas proeminentes era muitas vezes contraproducente, e houve apenas alguns poucos ataques contra tais indivíduos. O martírio, muitas vezes ligado ao assassinato de pessoas proeminentes, também parecia menos importante. A nova estratégia dos grupos terroristas consistia em eliminar a polícia, considerada “os olhos e ouvidos” de um governo, por meio de assassinatos sistemáticos. Forças militares as substituíram, mas lhes faltavam experiência para lidar com esses grupos sem causar atrocidades em suas respostas, o que aumentaria o apoio social aos terroristas. (WEINBERG, 2006)

Os terroristas da Segunda Onda exploraram o cenário internacional de forma mais produtiva do que seus antecessores. Com o termo “terrorista” acumulando conotações negativas, entenderam que precisavam de uma nova linguagem para se descreverem (como “lutadores pela liberdade”). Eles buscaram reafirmar o termo “terrorista” por um sentido nobre, salvador e idealista, que lutavam contra o “terror do governo”.

Os Estados também apreciaram o valor político da linguagem “apropriada” e, em resposta, usaram da ferramenta de propagação de ideias, ligando todos os insurgentes violentos aos “terroristas lutadores pela liberdade”. Para evitar ser vista como abertamente

4 A autodeterminação é um princípio do direito internacional que objetiva garantir a possibilidade de um povo conduzir política, econômica e culturalmente sua vida.

partidária, a mídia muitas vezes descrevia as mesmas pessoas alternativamente como terroristas, guerrilheiros e soldados na mesma descrição de um evento, de acordo com seus interesses.

Podemos dizer que o enfraquecimento desta onda foi causado por mudanças na percepção, pressões e pela resistência do Estado atacado.

2.3 A Terceira Onda: “Onda da Nova Esquerda”

A Terceira Onda, que se estende de 1960 até 1979, pode ser entendida como a onda da “Guerra Fria” ou “Terrorismo de Esquerda”, motivada pelo mundo bipolar e pela luta do capitalismo com o comunismo (COSTA, 2017). Neste período, aqueles grupos que optaram pela impetuosidade terrorista visavam tanto a revolução social quanto a autoafirmação nacional.

Os grupos mais atuantes do período foram a Fração do Exército Vermelho na Alemanha, as Brigadas Vermelhas Itália, o Exército Vermelho no Japão, o Sendero Luminoso no Peru e as FARC na Colômbia, entre outros (DUARTE, 2014).

Foi a onda que predominou no Brasil durante o Governo Militar (1964-1985), mais precisamente entre os anos de 1966 até 1973. Considerado o primeiro ato de terrorismo no Brasil, o atentado a bomba no aeroporto de Guararapes, em Recife, em 1966, deixou um saldo de 02 mortos e 14 feridos (AUGUSTO, 2002).

O separatismo nacional não havia desaparecido de cena, como demonstrou a sua evolução na Irlanda do Norte e no País Basco. Entre 1960 e 1980, as organizações agrupadas sob a égide da OLP justificaram frequentemente seus esforços para destruir o Estado de Israel em termos de libertação nacional ou pan-árabe e como parte de uma luta internacional mais ampla dos revolucionários do Terceiro Mundo para eliminar os remanescentes do imperialismo ocidental.

O principal evento que levou ao surgimento da “nova esquerda” foi a Guerra do Vietnã. A eficácia do “armamento primitivo” dos Vietcongues contra a moderna tecnologia americana reacenderia as esperanças dos radicais quanto à vulnerabilidade do sistema contemporâneo. Quando a Guerra do Vietnã terminou em 1975, a OLP substituiria os Vietcongues como modelo heroico. A OLP nasceu após o colapso dos exércitos árabes em 1967, durante a guerra dos “seis dias”, e sua existência e persistência deram credibilidade àqueles que argumentaram que Israel só poderia ser expulso pelo terror.

A Primeira e Terceira Ondas têm certas semelhanças:

- As mulheres recuperam o papel, como líderes ou combatentes, que haviam perdido durante a Segunda Onda;

- O retorno dos assassinatos de alvos notáveis, comparáveis aos da Primeira Onda, substituem os alvos militares elegidos durante a Segunda Onda; e

- A proliferação de sequestros, como método de financiamento. O mais relevante foi o sequestro e assassinato de Aldo Moro⁵ pelas Brigadas Vermelhas⁶ em 1979.

Mas a lógica da primeira e da Terceira Onda era diferente. As vítimas da Primeira Onda do terrorismo foram executadas por ocuparem cargos públicos. Já os assassinatos da “Onda da Nova Esquerda” eram frequentemente punições. A título de exemplo, o assassinato do primeiro-ministro jordaniano Wasfi Tell e a tentativa contra o rei Hussein pelo Setembro Negro foram devidos à decisão do rei e do primeiro-ministro jordanianos pela supressão da presença de militantes palestinos no país, o que resultou na expulsão e morte de milhares deles. (WEINBERG, 2006)

A Terceira Onda começou a declinar na década de 1980. Terroristas revolucionários foram derrotados em um país após o outro. A cooperação internacional contra

5 Aldo Moro foi um jurista, professor e político italiano. Foi primeiro-ministro da Itália de 1963 até 1968 e de 1974 até 1976. Membro ativo da Igreja Católica, foi um dos líderes mais destacados da democracia cristã na Itália.

6 Brigadas Vermelhas é uma organização paramilitar de guerrilha comunista italiana formada no ano de 1970.

o terrorismo tornou-se cada vez mais eficaz, onde as principais agências internacionais, especialmente as Nações Unidas, assumiram uma postura mais rígida em relação aos ataques terroristas, resultando em uma derrocada das ações dessas organizações. Essa mudança de postura, passando a condenar veementemente os atos de terror, foi um passo importante para que houvesse um esforço global de combate a esse fenômeno.

2.4 A Quarta Onda: “Onda Religiosa”

Quando a Terceira Onda começou a desaparecer, outra ganhou força. A Quarta Onda se inicia em 1979, coincidindo com o chamado “regime dos aiatolás” no Irã, onde se iniciou o fundamentalismo islâmico (COSTA, 2017). Essa onda tem caráter religioso, extremista e é caracterizada pelo terrorismo indiscriminado. De acordo com Dave HUNT (2006), elementos religiosos sempre foram importantes no terror moderno, pois as identidades religiosas e étnicas muitas vezes se sobrepõem.

A Quarta Onda remodelou profundamente o sistema internacional com uma mudança de paradigma. O colapso da Ex-URSS foi em parte devido à sua derrota na Guerra do Afeganistão de 1979-89, tornando os EUA a única superpotência, pelo menos por algum tempo. Os terroristas desempenharam um papel significativo como provocadores ou participantes em quatro guerras. A política americana contemporânea que autoriza ataques de drones a vários estados enfraqueceram o princípio da soberania. (HAZELTON, 2017)

O Islã está no centro da onda. Grupos islâmicos conduziram os ataques internacionais mais significativos, profundos e mortais. Três incidentes envolvendo muçulmanos, em 1979, destacaram a importância da religião e a fraqueza das forças seculares.

Primeiro, a Revolução Iraniana de 1979-80, que culminou com o estabelecimento de uma teocracia islâmica sob a liderança do aiatolá Khomeini; segundo, a decisão em 1979

dos soviéticos de fornecer ajuda militar ao regime secular pró-comunista no Afeganistão; isto levaria a uma resistência violenta em resposta à invasão soviética; e terceiro, um novo século islâmico que começou. Em ambos os casos, o radicalismo religioso, invocado juntamente com as reivindicações nacionalistas, justificariam o recurso à violência. (COGGIOLA, 2008).

Segundo o calendário muçulmano, o ano de 1979 marca o início de um novo século e, de acordo com a tradição, um redentor viria naquela época – uma tradição que muitas vezes causou turbulências na virada dos séculos anteriores. Mais de 400 fundamentalistas armados, liderados por um homem que se intitulava “o Mahdi” (o Messias esperado), ocuparam durante 14 dias a Grande Mesquita de Meca, o primeiro local sagrado do Islã. A Revolução Iraniana ocorreria no ano esperado, marcando o início do século XV do calendário muçulmano. Seguiu-se a retirada soviética do Afeganistão (1988) e o colapso do regime comunista (1989-91), que coincidiu com a Primeira Guerra do Golfo (1990-91). (RAPOPORT, 2013).

Um novo mito perturbador emergiria destas crises: a imposição do fundamentalismo religioso à ética revolucionária secular. A religião é utilizada para justificar atos violentos. A visão de mundo islâmica ortodoxa prevê a discriminação religiosa entre os crentes e os descrentes. O fundamentalismo é extremamente rígido no que concerne a diferenciar os crentes e os “outros” (COSTA, 2017).

No Líbano, os Xiitas influenciados pelas táticas de autossacrifício dos assassinos medievais introduziram os ataques suicidas, expulsando rapidamente americanos e outras tropas estrangeiras do país em uma missão de paz após a invasão israelense de 1982. O “Atentado Suicida” tornou-se a marca registrada da Quarta Onda.

As últimas duas décadas do século XX também testemunharam ondas de violência por motivos religiosos de diversas fontes não relacionadas à revolução iraniana e à invasão do Afeganistão. Na Índia, seguidores da religião Sikh lançaram uma campanha terrorista contra

os hindus em um esforço para estabelecer um estado independente no Punjab. Da mesma forma, na Índia, os hindus lançaram uma violenta campanha contra praticantes do Islã e, como resposta, grupos muçulmanos realizaram ataques terroristas contra os hindus no disputado estado de Jamu e Caxemira. Estes acontecimentos certamente são dignos de nota, mas nitidamente a Quarta Onda do terrorismo moderno foi caracterizada pelo radicalismo islâmico. (RAPOPORT, 2013)

Uma razão para o rápido colapso da Al-Qaeda no Afeganistão foi que ela violou uma regra fundamental para as organizações terroristas, que é permanecer na clandestinidade o tempo todo. A Al-Qaeda manteve-se visível para operar suas extensas operações de treinamento e, como demonstrou a expulsão israelense da OLP do Líbano, grupos visíveis são muito vulneráveis. A Al-Qaeda não planejou uma possibilidade de invasão. Talvez seu desprezo pelas reações americanas anteriores a tenha levado a acreditar que os EUA evitariam alvos difíceis como o Afeganistão. (MARTINS, 2016)

Acerca do movimento “errado” dos EUA e o reforço da “Onda Religiosa”, antes que os invasores completassem sua missão, os EUA tomaram uma decisão precipitada de levar a batalha ao Iraque mudando profundamente o cenário internacional, dando à Al Qaeda muitos novos recrutas enquanto os EUA perdiam muitos aliados. Reações exageradas de governos internacionais têm sido uma característica comum na história do terrorismo desde a Primeira Guerra Mundial. Tendo como exemplo, uma consequência imprevista da invasão imprudente de Israel ao Líbano para destruir a OLP foi a criação do Hezbollah, a entidade mais duradoura da Onda Religiosa. (WEINBERG, 2006)

O terrorismo atual apresenta ataques com maior letalidade, sem comprometimento com a ética e a moral. Tem como característica a aleatoriedade de alvos, o emprego da violência indiscriminada em larga escala, bem como a mudança na organização terrorista, para a estrutura de células descentralizadas e independentes e que não interagem

horizontalmente. Preferem alvos civis pela vulnerabilidade, pois apresentam um menor risco para as ações. (COSTA, 2017).

Medido em termos de letalidade e alcance, juntamente com a relativa longevidade das organizações envolvidas, a Quarta Onda parece muito mais perigosa do que qualquer uma de suas antecessoras. Nenhuma tática convencional produziu tantas baixas quanto o atentado suicida.

2.5 Estamos à Beira de uma Quinta Onda?

Podemos contrapor o surgimento de uma Quinta Onda com dois argumentos. Primeiramente, ao contrário de ondas anteriores de terrorismo, a atual está enraizada em um amplo movimento de protesto de massa e ressentimento em todo o mundo muçulmano, e é pouco provável que cesse ou mesmo diminua. Em segundo lugar, os atos terroristas baseados na religião liberam emoções humanas profundamente arraigadas, que provavelmente não desaparecerão tão rapidamente quanto eventos amparados na abstração ideológica.

Robert KAPLAN⁷ (2008) defende a existência da “Quinta Onda” que, como as quatro que a precederam, teria uma origem precisa e um evento catalítico. Enquanto seus precursores teriam sido os Khmers Vermelhos, ele se materializaria com o surgimento do Exército de Resistência do Senhor no norte de Uganda, o primeiro movimento em grande escala da Quinta Onda do terrorismo moderno e um dos movimentos que permanece mais próximo de um caso puro da onda de terrorismo acima mencionada.

A queda da Quarta Onda significaria que a promessa de George W. Bush de acabar com o terrorismo global foi cumprida? Talvez, mas o terrorismo em questão é uma estratégia que atrai pequenos grupos em um contexto tecnológico e internacional semelhante ao do final do século XIX, e não está claro o que deveria ou poderia ser feito para mitigar esse

7 KAPLAN, J. «Terrorism’s Fifth Wave: A Theory, a Conundrum and a Dilemma». Perspectives on Terrorism.

cenário. O sentimento de RAPOPORT é que uma Quinta Onda pode começar antes que a quarta termine. Talvez as enormes dificuldades econômicas do mundo possam agora ter esse efeito.

2.6 Considerações Parciais

Neste capítulo, com base no modelo teórico das Quatro Ondas do Terrorismo Moderno de RAPOPORT (2013), enfatizou-se a evolução do terrorismo nas últimas décadas.

Etapas ou ondas do terrorismo internacional puderam ser identificadas. As primeiras quatro ondas estão bem definidas, embora às vezes se sobreponham temporária ou geograficamente.

A razão política para a Primeira Onda foi o fracasso de um programa de reforma democrática, e a autodeterminação inspirou a segunda. Os grupos da Terceira Onda sustentaram que o princípio igualitário da Revolução Francesa nunca foi totalmente aceito. O espírito da Quarta Onda é explicitamente antidemocrático; a democracia requer que o povo seja soberano e a religião forneceu um princípio alternativo de legitimação.

Com respeito a uma eventual Quinta Onda, é difícil encontrar casos ideais e é improvável atribuir o mesmo valor a todas as variáveis. Mas, sob uma perspectiva global, alguns grupos terroristas como os já mencionados Boko Haram ou, especialmente, o Estado Islâmico seriam capazes de fazer emergir uma “nova onda”.

Conclui-se que pesquisar e compreender a evolução do terrorismo e as mudanças desse fenômeno na história são de extrema importância para os Estados que venham a enfrentar essa ameaça.

3 A ESTRATÉGIA DA OTAN NA PREVENÇÃO E COMBATE AO TERRORISMO

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi fundada em 1949. Nos seus mais de 70 anos de existência, desde a assinatura do tratado, sete Conceitos Estratégicos foram aprovados, mas especialmente desde a queda do Muro de Berlim em 1989, um foi emitido aproximadamente a cada 10 anos (1991, 1999 e 2010) buscando adaptar-se aos novos ambientes que o cenário mundial vem impondo. Em 2020, com o objetivo de melhorar suas estratégias de combate ao terrorismo, a OTAN lançou novo currículo conhecido como Counter Terrorism Referente Curriculum (CTRC)⁸, o qual fornece um esboço de ideologias, motivações e métodos terroristas baseados em exemplos históricos.

A falta de conhecimento sobre a natureza de uma hostilidade que poderá vir a enfrentar é uma das grandes preocupações do mundo ocidental. O terrorismo representa uma das ameaças mais imediatas e assimétricas para a Aliança e seus Membros. Estados fracos e fracassados permitem que organizações terroristas estabeleçam zonas de instabilidade ao longo das fronteiras da OTAN.

“O Terrorismo representa uma ameaça direta à segurança dos cidadãos dos países da OTAN e à estabilidade e prosperidade internacional de forma mais ampla, e continuará a ser uma ameaça para o futuro previsível. [...] a Aliança se esforça a todo momento para permanecer consciente da evolução da ameaça do terrorismo; para garantir que ela tenha as capacidades adequadas para prevenir, proteger contra e responder às ameaças terroristas”. Com base em nosso Programa de Trabalho de Defesa contra o Terrorismo, continuaremos a melhorar nossas capacidades e tecnologias, inclusive para nos defender contra os Dispositivos Explosivos Improvisados e a ameaça CBRN. Manteremos o terrorismo e as ameaças relacionadas no topo da agenda de segurança da OTAN". (Chefes de Estado e de Governo da OTAN, Declaração da Cúpula do País de Gales, 2014)

Além de sua habilidade de afetar seriamente a governabilidade de muitas nações, nas últimas décadas a tática terrorista afetou praticamente todos os países e sociedades de muitas maneiras diferentes: relações intergovernamentais, intercâmbios econômicos, modificação das atividades e do comportamento dos cidadãos, etc.

⁸ Disponível em: <<https://www.army-technology.com/news/nato-curriculum-counter-terrorism-strategies/>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

Da lista oficial de Organizações Terroristas Estrangeiras emitida pelo Departamento de Estado dos EUA, aproximadamente 70% são de origem árabe ou muçulmanos, 18% europeus e 12% sul-americanos⁹.

De profundas raízes de motivação religiosa, estes grupos manifestam um forte ressentimento em relação a tudo o que é ocidental, estruturando-se em organizações totalmente inovadoras que se afastam da estrutura piramidal habitual, substituindo-as por outras de “geometria molecular linear”, tornando complexa sua identificação e localização.

O terrorismo transnacional normalmente carece de qualquer objetivo político concreto que não seja “atacar seus inimigos”, provocando grande sofrimento. Ele não só representa uma ameaça para os Estados, como também cria consequências a longo prazo para a paz e a estabilidade mundial, causando um forte impacto social através de ações de grande destruição sem uma natureza seletiva. Essas consequências são cada vez mais o resultado de dois acontecimentos principais: a instabilidade em vários Estados fracos; e o uso prolífico da Internet e das mídias sociais por organizações terroristas para inspirar combatentes e apoiadores, bem como para manter uma rede terrorista global.¹⁰

Além disso, o meio mais provável e que vem sendo utilizado pelos terroristas factualmente são os explosivos convencionais, em combinação com as armas de destruição em massa, o que amplia o alcance de seus ataques desde nucleares, biológicos, químicos e radiológicos (NBQR)¹¹ até ataques a redes de computadores, no que vem a ser conhecido como ciberterrorismo.

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os EUA e de 2004 contra a Espanha não apenas demonstraram a capacidade de um inimigo determinado, mas também a vulnerabilidade dos membros da OTAN a ataques terroristas em larga escala. A

9 Disponível em: <<https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

10 Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69482.htm>. Acesso em: 18 Jun. 2021.

11 Disponível em: <<https://www.un.org/counterterrorism/cct/chemical-biological-radiological-and-nuclear-terrorism/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

declaração do artigo 5¹² do Tratado do Atlântico Norte e as operações subsequentes demonstraram a determinação da Aliança em lidar com esta ameaça.

A partir de 18 de dezembro de 2001, a OTAN ordenou a adoção de uma estratégia de defesa contra o terrorismo que consiste no desenvolvimento de um conceito militar específico, baseado nas diretrizes políticas apropriadas do Conselho.

Os princípios acordados na estratégia antiterrorista foram a base fundamental da luta contra o terrorismo na OTAN e, em última instância, uma das principais mudanças ou transformações que a Aliança sofreu após a Cúpula de Praga, em novembro de 2002, na qual o Afeganistão foi o tema principal. O modelo de segurança aliado de 1999, baseado na gestão de crises em toda a Europa, teve que ser adaptado em favor da defesa coletiva, na qual todos os países tiveram que aumentar suas medidas de segurança.

A partir de dezembro de 2002 foi implementado pela OTAN o *Military Concept for Defence Against Terrorism (MC 0472)*, o qual possui o seguinte objetivo:

“Fornecer um conceito militar para contraterrorismo, focando os princípios subjacentes e iniciativas potenciais em relação à Conscientização, Capacitação e Engajamento para melhorar a prevenção, resposta e resiliência da Aliança a atos de terrorismo. (Tradução nossa)”

Uma vez “identificada” a ameaça, o Comitê Militar deverá elaborar o conceito militar na luta contra o terrorismo, devendo cumprir os seguintes princípios:

Conformidade com o Direito Internacional

A OTAN continuará a agir de acordo com o Direito Internacional, os princípios da Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Estratégia Antiterrorista Global da ONU, as Convenções e Protocolos Internacionais contra o

12 Artigo 5: As Partes concordam que um ataque armado contra um ou mais deles na Europa ou América do Norte será considerado um ataque contra todos eles e, conseqüentemente, concordam que, se tal ataque armado ocorrer, cada um deles, no exercício do direito de autodefesa individual ou coletiva reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, ajudará a Parte ou Partes assim atacadas, tomando imediatamente, individualmente e em concentração com as outras Partes, as medidas que julgar necessárias, incluindo o uso da Força Armada, para restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte.

Terrorismo e as resoluções relevantes da ONU fornecem a estrutura para todos os esforços nacionais e multilaterais de combate ao terrorismo, incluindo os conduzidos pela Aliança.

Apoio aos Aliados

Embora os membros individuais da OTAN sejam os principais responsáveis pela proteção de suas próprias populações e territórios contra o terrorismo, a cooperação no seio da OTAN pode reforçar os esforços nacionais dos Aliados para prevenir, mitigar e responder atos de terrorismo. A OTAN, mediante solicitação, pode apoiar esses esforços. Como Organização Internacional, tem recursos e capacidades únicas a oferecer em apoio aos esforços de contraterrorismo dos Aliados.

Não-Duplicação e Complementaridade

A OTAN procurará evitar a duplicação desnecessária dos esforços existentes de nações individuais ou organizações internacionais, à medida que desenvolve sua própria contribuição ao contraterrorismo de forma complementar a esses esforços.

Com base nestes três princípios, a Aliança concentrará as contribuições coordenadas e consolidadas ao contraterrorismo em três áreas principais: conscientização, capacidades e engajamento.

Analisando o Conceito Militar de Defesa Contra o Terrorismo, podemos observar considerações de relevada importância.

A entrega pela OTAN de uma contribuição militar ao contraterrorismo de acordo com os princípios e o quadro estabelecido por este Conceito será facilitada por um amplo entendimento de que a ação militar por si só não será suficiente para combater a ameaça terrorista e que as operações militares devem ser implementadas de forma coerente com as

iniciativas diplomáticas, econômicas, sociais, legais e de informação; o reconhecimento de que os esforços militares de contraterrorismo são operações conjuntas e combinadas; e assegurar que as contribuições militares recebam apoio em tempo hábil na forma de conhecimentos e análises externas, conforme necessário.

A fim de fornecer uma contribuição militar eficaz aos esforços de contraterrorismo, a OTAN deve ser capaz de fornecer um amplo espectro de capacidades relacionadas nos diferentes domínios (físico, virtual e psicológico) e ambientes operacionais, incluindo aqueles relevantes para a Guerra Híbrida, Proteção de Infraestrutura Crítica, Defesa NBQR (CBRN), Contra Dispositivo Explosivo Improvisado (C-IED), Contra Proliferação de Armas de Destruição em Massa (AMD), Defesa Cibernética, Operações Especiais, etc. A OTAN pode desempenhar um papel de liderança ou de apoio, conforme necessário. As capacidades dos aliados representarão um componente essencial das potenciais respostas do contraterrorismo. A manutenção da flexibilidade será fundamental para uma resposta eficaz.

O Conceito Militar de Defesa Contra o Terrorismo também estabelece quatro categorias de possíveis ações militares da OTAN que seriam assistidas por operações de informação e psicológicas, mantendo a necessidade constante de operações de proteção da força. Essas categorias são as seguintes:

Medidas Defensivas de Combate ao Terrorismo (Antiterrorismo)

Consiste no uso de medidas defensivas para reduzir a vulnerabilidade de indivíduos, bens e forças ao terrorismo e inclui resposta e contenção limitadas pelas forças militares e agências civis.

O conceito militar identifica como apoio ao desenvolvimento de capacidades de resposta rápida para a proteção de interesses. A capacidade das Forças Anfíbias de empreender este apoio será discutida no capítulo seguinte.

Gestão das Conseqüências do Contraterrorismo

A gestão das conseqüências é entendida como o uso de medidas reativas para mitigar os efeitos destrutivos de um ataque terrorista. Embora seja responsabilidade inerente das nações, uma ampla gama de apoio pode ser fornecida para reduzir os efeitos de um ataque; estruturas de comando e controle, logística, saúde, descontaminação, etc.

Medidas Ofensivas de Combate ao Terrorismo (Contraterrorismo)

Consiste no uso de medidas militares ofensivas destinadas a reduzir a capacidade terrorista, incluindo ações contra terroristas ou contra aqueles que os abrigam. Estas serão operações conjuntas nas quais a experiência indica que unidades especificamente treinadas neste tipo de operação podem ser muito eficazes.

São necessárias forças flexíveis, interoperáveis e destacáveis, com a capacidade de sustentar e manter um nível de prontidão adequado. Estamos falando de uma força do tipo NRF (NATO Response Force)¹³ e que inclui um forte componente anfíbio ou, no caso de uma operação maior, uma força operacional conjunta também com um grande componente anfíbio.

Cooperação Militar com Aliados e Forças Não-Militares

A natureza altamente evolutiva e adaptativa da ameaça terrorista internacional exige ajustes frequentes na maneira de pensar e agir das nações e instituições. O conceito militar enfatiza a necessidade de desenvolver quadros mais cooperativos de ação e, assim, otimizar sua eficácia na luta contra o terrorismo; e explorar em profundidade as relações da OTAN com países e outras organizações incluindo as Nações Unidas, União Européia (UE), Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Organização do Tratado do

¹³ A Força de Resposta da OTAN (NRF) é uma força multinacional altamente pronta e tecnologicamente avançada, composta de componentes terrestres, aéreos, marítimos e de Forças de Operações Especiais (SOF) que a Aliança pode implantar rapidamente, onde quer que seja necessário.

Atlântico Norte (OTAN), Fórum Mundial contra o Terrorismo (GCTF), União Africana (UA) e INTERPOL.

A Aliança desempenha um papel de liderança no desenvolvimento das estratégias, doutrinas e treinamentos a serem utilizados na luta contra o terrorismo quando as forças militares são necessárias. Estes incluem o programa de exercícios e manobras da OTAN, que oferece uma oportunidade para projetar e ensaiar operações civil-militares integradas para lidar com uma ampla gama de potenciais ataques terroristas.

O Terrorismo é uma ameaça complexa e persistente para a comunidade internacional, e enfrentá-lo requer uma resposta estratégica abrangente e multilateral na qual, para o caso da Europa Atlântica, a OTAN deve se fazer presente. Entretanto, não é tão evidente como a Aliança deve contribuir para este esforço quando alguns países aliados pedem um maior grau de engajamento enquanto outros favorecem ações mais modestas.

Com relação à estratégia da OTAN, o Terrorismo pode ser entendido a partir de duas abordagens distintas: uma “básica” e uma “de gestão de risco”. A abordagem básica, liderada pelos EUA, implica uma mobilização maciça de recursos dentro de um esforço conjunto, respeitando a particularidade de cada país. Por outro lado, em grande parte da Europa entende-se que o Terrorismo não pode ser “derrotado” enquanto as causas que o originam não forem eliminadas e isto não puder ser alcançado por meios militares. Nesta perspectiva, o Terrorismo representa um risco inevitável que é difícil de controlar, ao contrário das guerras que só podem ser vencidas. (HODGSON; TADROS, 2013)

A abordagem básica defende uma estratégia contraterrorista baseada em ações ofensivas e preventivas enquanto a abordagem de gestão de risco advoga uma estratégia antiterrorista baseada em medidas defensivas. Estes dois conceitos não são de parte a parte exclusivos, mas implicam em estratégias, prioridades e compromissos diferentes em ações coletivas. Entretanto, qualquer esforço eficaz de combate ao terrorismo requer o uso de

elementos de ambas as estratégias.

Como citado anteriormente, sobre suas primeiras respostas estratégicas, a OTAN invocou o Artigo 5 pela primeira e única vez em sua história, menos de 24 horas após os ataques terroristas nos EUA em 11 de setembro de 2001. Em 4 de outubro de 2001, a pedido dos EUA, os Aliados concordaram em tomar medidas para expandir o leque de opções de combate ao terrorismo disponíveis como: maior compartilhamento de informações, autorização para atravessar o espaço aéreo e utilizar portos e aeroportos, prestação de assistência aos Estados ameaçados por seu apoio à coalizão, e o posicionamento de Forças Navais da OTAN no Mediterrâneo Oriental. (DIAS, 2012).

Os EUA reconheceram a importância da OTAN como um complemento às respostas nacionais ao terrorismo e aos esforços da ONU para construir um consenso global. Neste contexto, a OTAN foi capaz de preencher um nicho importante através de sua incomparável capacidade de proporcionar segurança, de modo que forneceu o quadro para a organização da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) no Afeganistão, em sua primeira operação fora da área euro-atlântica. (DIAS, 2012).

Nos últimos anos, surgiu consenso no contexto da OTAN sobre a gravidade da ameaça terrorista e o fato de que este fenômeno não reconhece fronteiras. O terrorismo internacional é agora entendido como um único problema com múltiplas manifestações, enquanto no passado era visto como um conjunto de fenômenos nacionais distintos, que tendiam a enfatizar as diferenças entre os diferentes grupos terroristas. A antiga abordagem não levava em conta as relações entre diferentes grupos, de modo que tendia a subestimar a importância da colaboração entre os governos. (GURKAN, 2019)

Este novo tipo de rede terrorista, diferente dos grupos terroristas nacionalistas tradicionais citados na teoria de RAPOPORT, por suas particularidades, provavelmente será mais difícil de se derrotar do que os grupos terroristas políticos e nacionalistas que se

desenvolveram entre os anos 60 e 80. Os extremistas islâmicos têm um escopo de ação mais universal, são mais sedentos de sangue e se adaptam-se facilmente ao seu ambiente. É uma ameaça em constante transformação, pois é perceptível que os terroristas tendem a mudar seu modus operandi à proporção que as nações desenvolvem as medidas necessárias para enfrentá-los.

Embora não sejam fenômenos novos, as mudanças ocorridas na forma como o terrorismo é praticado, o uso de estratégias multiníveis adaptadas ao seu entorno e a capacidade de organizar com sucesso ataques coordenados em países que possuem inteligência bem desenvolvida, na minha opinião, expressa que estamos diante de um problema perverso, para o qual os países ocidentais têm um alto grau de incerteza.

Num futuro próximo, o Terrorismo continuará a ser a principal preocupação em matéria de segurança da comunidade transatlântica. Seria desejável estabelecer-se uma estratégia realista para enfrentar ameaças terroristas em evolução, atribuindo os recursos disponíveis e definindo claramente as áreas de atuação. (GURKAN, 2019)

Como declarou Winston Churchill, “independentemente da beleza da estratégia, devemos ocasionalmente olhar para os resultados”. A formulação de uma estratégia antiterrorista é um passo muito importante a ser dado; no entanto, requer o firme compromisso de todos os aliados para implementar e alcançar o sucesso da OTAN na luta contra o terrorismo.

3.1 Considerações Parciais

O Conceito Militar de Defesa Contra o Terrorismo estabelece princípios e diretrizes necessários para o desenvolvimento abrangente da contribuição potencial da OTAN para o contraterrorismo em todo o espectro de atividades da Aliança. Esse aporte é fundamentado em três princípios-chave: conformidade com o direito internacional, apoio aos

Aliados e não duplicação e complementaridade. Ele também se concentra em três áreas principais: conscientização, capacidades e engajamento, e reconhece a necessidade de flexibilidade.

A OTAN deve continuar trabalhando para melhorar a conscientização e preparação para ameaças, desenvolver capacidades apropriadas num contexto de contraterrorismo e aumentar o envolvimento com os países-parceiros e outras organizações internacionais.

Na luta contra o terrorismo, a responsabilidade de monitorar, engajar, deter ou punir recai predominantemente sobre os Estados soberanos. As organizações internacionais e regionais, no entanto, também desempenham um papel, engajando-se com as nações segundo princípios de complementaridade e não-duplicidade.

A estratégia antiterrorista da OTAN será uma das principais forças motrizes para alcançar as capacidades que foram identificadas como necessárias para cumprir efetivamente o espectro de missões necessárias para enfrentar os desafios do século XXI. A necessidade de realizar missões ad hoc acompanhadas pela necessidade de executar ações de alta precisão desencadeou uma série de iniciativas que permitirão a formação de forças de reação mais rápidas, com maior alcance e maior capacidade de destruição seletiva.

Uma questão observada no decorrer do capítulo é se as condições geopolíticas na Europa e no mundo mudaram o suficiente para exigir uma nova orientação estratégica. Na Cúpula de Bruxelas, em junho de 2021, os Líderes da OTAN concordaram em desenvolver o seu novo Conceito Estratégico a tempo para a próxima cúpula em 2022, no qual os aliados buscarão refletir como a Aliança se estruturará para enfrentar novos desafios e ameaças.

4 IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS ANFÍBIAS NA NOVA CENA ESTRATÉGICA MUNDIAL

O conceito tradicional de ameaça, com o fim da Guerra Fria e outros fatos influentes, como a globalização e o neoliberalismo, tem perdido peso em um novo contexto onde as chamadas “novas ameaças” tornaram-se o atual alvo de ação. As novas ameaças foram definidas por SAIN (2001) como o “conjunto de riscos não tradicionais e situações conflituosas, não geradas por conflitos interestaduais derivados de disputas fronteira-territoriais ou competições por domínio estratégico, e que estavam particularmente sujeitas à resolução militar”. Além disso, cita exemplos como pirataria, fenômenos de guerrilha, conflitos étnicos, raciais, nacionalistas ou religiosos e terrorismo.

De acordo com estatísticas da ONU, há atualmente diversas regiões do mundo com a presença de conflitos armados e guerra civil¹⁴. A maioria dessas hostilidades envolve disputas territoriais e suas razões incluem diferenças étnicas e religiosas e o controle dos recursos naturais, vindo a potencializar com a situação da pandemia da Covid-19. Além dos conflitos em curso, também existem zonas de grande preocupação geopolítica, como a Tensão Nuclear na Coreia do Norte e a Primavera Árabe¹⁵ com origem na Tunísia. Outras situações incluem a existência de movimentos separatistas de diferentes intensidades, mas que criam instabilidades políticas e econômicas regionais, como os casos do separatismo catalão na Espanha e o radicalismo islâmico do grupo Boko Haram na Nigéria.

Realizando uma análise motivacional, constata-se que os conflitos interestatais por meios militares, com um inimigo abertamente definido, e em sua maior parte gerados por questões territoriais ou de soberania, não tendem mais a descrever a grande maioria dos litígios que ocorreram desde os últimos anos do século XX até os dias de hoje. Convém

¹⁴ Disponível em <<https://news.un.org/pt/tags/conflitos>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

¹⁵ Primavera Árabe foi uma série de revoltas populares que eclodiram em mais de 10 países no Oriente Médio e na região norte da África. A Tunísia foi o berço de revoluções que se espalharam pelas nações vizinhas em oposição às altas taxas de desemprego, precárias condições de vida, corrupção e governos autoritários.

esclarecer que este conceito não perdeu sua validade para explicar certas realidades, mas que não consegue mais apreender através dele a universalidade das ameaças mais atuais.

Uma particularidade dos novos riscos ou ameaças assimétricas é que elas são transnacionais, o que torna necessário definir uma estratégia compartilhada através da cooperação internacional e da ação multilateral. Isto porque as ameaças estão relacionadas, é muito difícil separar seus limites e são de natureza diversa (ARANGUIZ, 2013).

Estes riscos ou ameaças, aos quais estão relacionadas as armas de destruição em massa, fenômenos migratórios, conflitos nacionalistas, religiosos ou étnicos, fundamentalismo no mundo muçulmano e o terrorismo, com sua natureza transnacional, estão assumindo uma importância desmedida no mundo ao nosso redor. Prova disso é que os ataques de 11 de setembro de 2001 desencadearam uma mudança na política de segurança dos EUA de dissuasão para prevenção¹⁶, e não apenas nos EUA, mas também na OTAN, onde o artigo 5 de defesa mútua foi invocado em defesa de um de seus membros.

Nesta luta contra o terrorismo global, faz-se necessária uma forte aliança de todas as democracias. Neste sentido, um sistema de Alianças como a OTAN representa hoje o instrumento com maior potencial para articular a resposta necessária à ameaça terrorista (GURKAN, 2019). É, portanto, essencial fortalecer o vínculo transatlântico para lidar eficazmente com estas graves ameaças comuns.

Do mesmo modo, na América do Sul, é oportuno introduzir o conceito de ações contraterroristas preventivas ordinárias¹⁷ para combater as ameaças terroristas viáveis, para as quais deve ficar claro que combater este tipo de atemorização requer uma mudança de atitude e uma cooperação internacional, visando ao compartilhamento de informações, em busca do êxito dessa resposta (GONZALES, 2019).

Quanto ao Brasil, observa-se a importância da sua liderança nos temas de defesa

16 US Department of State, National Strategy for Combating Terrorism, 2006

17 PL 1595/2019, Art 5º, Inciso V.

na América do Sul, cujo cenário negativo, a princípio, dificultaria a promoção de uma identidade sul-americana e a construção de uma Comunidade de Segurança¹⁸. A história tem mostrado que as relações de poder desempenham um papel importante na interação dos Estados e o crescente desenvolvimento do País deve ser acompanhado pelo adequado preparo de sua defesa, de forma que “nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte”, conforme defendido por José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.

A vocação geopolítica do Brasil se compatibiliza com seus mais de 17.000 km de fronteira terrestre com quase a totalidade dos países sul-americanos, excetuando Chile e Equador, e um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão, sendo o maior país do Atlântico Sul. Tendo um papel de destaque no ambiente mundial, sendo o quinto maior em extensão territorial, estando entre os dez países mais populosos e entre as maiores economias do planeta, o Brasil se configura como um país simultaneamente marítimo e continental, um dualismo geopolítico em seu entorno estratégico (BRASIL, 2020).

O termo entorno estratégico brasileiro é definido em documentos de alto nível, como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040, no qual está localizada a nossa Amazônia Azul, patrimônio brasileiro no mar, fonte de riqueza e cobiça, a ser protegido, preservado e explorado, com sustentabilidade. A partir desses documentos, o conceito é definido como “a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (FIORI, 2013).

Dotado de ampla gama de riquezas e de potencial tecnológico e industrial em acelerado processo de avanço, o Brasil vem obtendo uma crescente projeção internacional e

18 Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_cooperacao-internacional>. Acesso em: 21 jul. 2021.

pode envolver-se em eventuais desacordos com atores de diversas naturezas. O entorno estratégico brasileiro detém significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Os desafios atuais do Atlântico Sul revestem-se de importância devido não só ao fluxo comercial, cuja perenidade é fundamental, mas também às diversas ameaças à segurança como o tráfico de drogas e de pessoas, o contrabando, e a instabilidade social. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas (BRASIL, 2020).

O Terrorismo alcançou nível mais elevado, na agenda de segurança internacional, desde o “atentado de 11 de setembro” nos Estados Unidos. Após esse episódio, analistas de segurança marítima depreenderam que, da mesma forma que fizeram no ambiente aéreo, terroristas poderiam empregar meios marítimos para perpetrar ataques. Para o Brasil, o pior cenário é deixar de estar preparado adequadamente e de forma antecipada contra ações terroristas e de ameaças assimétricas.

A este respeito, o Brasil deve manter suas Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, de prover a adequada capacidade de dissuasão e, ao mesmo tempo, ser capazes de se integrar com o resto das forças aliadas. Em outras palavras, ambas as capacidades devem ser combinadas, levando-se em conta a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular e desenvolvendo a capacidade de condução de ações conjuntas para cobrir as amplas extensões marítimas e águas interiores, o que tem levado à integração das Forças Armadas de cooperar e coordenar entre si, incluindo outros órgãos competentes, conforme expresso pelo PEM-2040 ao tratar os conceitos de interoperabilidade e interagências. Ao mesmo tempo, o Brasil deve manter uma capacidade de combate e de prontidão de meios militares adequados, a fim de

desempenhar um papel de liderança no campo da defesa sul-americano e de poder de influência na arena internacional.

No cenário de ameaças mundial atualmente, observa-se que a grande maioria dos *hotspots* terroristas está estrategicamente localizada em bases distantes ou locais que colocam em risco a soberania dos Estados e em centros urbanos onde os danos colaterais não seriam aceitáveis. Ademais, a globalização fará com que os interesses brasileiros se dispersem em cenários cada vez mais distantes e, portanto, deve ser a principal missão defendê-los onde quer que estejam. Dessa forma, as Forças Armadas Brasileiras devem ser capazes de se posicionar o mais rápido possível e combater eficazmente longe de suas bases operacionais, onde, para tal, mobilidade e permanência, características do Poder Naval, são requisitos indispensáveis. Como dissertou Geoffrey TILL (2009), as Forças Navais são capazes de manobrar desde o mar utilizando seu domínio das áreas litorâneas para concentrar seus meios rapidamente e gerar poder ofensivo preciso de elevada intensidade no momento e no local de sua escolha, sob qualquer condição de tempo, de dia ou à noite.

O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sendo denominado Conjugado Anfíbio o conjunto desses meios prontos para cumprir missões relacionadas à projeção de poder. O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, em permanente condição de pronto emprego, conforme previsto na END, constitui-se em parcela do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil adequada para ser desdobrada onde quer que seja necessário, seja para influenciar crises ou para dissuadir o adversário.

[...] o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), parcela intrínseca, portanto, indissociável do Poder Naval, consolidar-se-á como a força estratégica por excelência, de caráter expedicionário, de pronto emprego e de projeção de poder. Como integrante do componente anfíbio da Marinha do Brasil, conferirá prontidão operativa e capacidade expedicionária ao Poder Naval ampliando suas possibilidades para atuar, tempestiva e eficazmente, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse [...] (BRASIL, 2020)

Uma Força Anfíbia, por suas particularidades, é uma opção viável para agir e

enfrentar ameaças assimétricas onde quer que elas estejam. A capacidade de projeção e flexibilidade são características inatas e, portanto, as tornam igualmente adequadas para a realização de uma grande variedade de missões.

Em um conceito de cooperação regional, o CFN possui a flexibilidade e a versatilidade necessárias para permitir a integração e padronização doutrinária e tecnológica dos países do cone-sul (como observado nas operações combinadas) e do litoral oeste da África (como a formação dos fuzileiros navais namibianos), sendo importante peça na manutenção da harmonia do sistema sul-atlântico (ERABED, 2019).

Cabe destacar que expedicionário há que ser o conjugado anfíbio, que se traduz em uma Força Naval com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)¹⁹ embarcado, juntamente com meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval²⁰. A exploração das características do Poder Naval e da capacidade expedicionária proporcionam para a condução de ações em um amplo espectro de operações, atuando em cenários estratégicos de interesse, como vetor de pronta-resposta a conflitos, riscos, ameaças ou outras contingências. Esse posicionamento estratégico do Conjugado Anfíbio cria condições vantajosas, no campo diplomático, para que os líderes políticos negociem a contenção ou distensão de crises (BRASIL, 2017).

O atual panorama global demandará das Forças Armadas uma posição mais assertiva no entorno estratégico brasileiro, necessitando hoje de maior participação do poder anfíbio no intuito de, projetando poder, permitir maior cooperação no sentido de garantir a harmonia dos povos, a defesa da paz e a não intervenção.

19 Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais é uma organização para o combate nucleada por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, e que reúne os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades.

20 Para o cumprimento de sua missão, a Marinha do Brasil deverá estar capacitada a realizar as quatro tarefas básicas do Poder Naval: negar o uso do mar ao inimigo; controlar áreas marítimas; projetar poder sobre terra; e contribuir para a dissuasão.

4.1 Importância das Forças Anfíbias no Século XXI

O século XXI, concebido anteriormente como um período que seria de paz e padronização sócio-política (FUKUYAMA, 1989), apresenta diversos conflitos que caracterizam um mundo multipolar, com a inexistência de uma potência hegemônica. A antiga rivalidade Leste-Oeste e, em certa medida, Norte-Sul (KISSINGER, 2009), passou a ser deslocada para uma completa extrapolação dos métodos de violência, chegando-se ao ponto de que nem mesmo o “vencedor” da Guerra Fria se viu seguro em seu próprio território (ERABED, 2019). Os ataques terroristas ocorridos nos EUA e na Europa no início deste século foram os maiores representantes desta vulnerabilidade.

Para as Forças Armadas do século XXI, cujo objetivo seja combater as ameaças da nova cena estratégica como o terrorismo, por exemplo, torna-se substancial ressaltar dois aspectos fundamentais:

Primeiramente, os Serviços de Inteligência, que são instrumentos essenciais de dissuasão e prevenção de potenciais ameaças globais, possibilitando a Consciência Situacional²¹. Eles não podem se limitar à mera coleta de informações, mas devem trabalhar em conjunto com outras agências e ser particularmente ativos, especialmente na área de conflito, fronteiras, portos, aeroportos e identificação das vulnerabilidades da força antagonista.

O segundo é a chamada Revolução nos Assuntos Militares (RAM), que surgiu no final do século XX. Esta RAM consiste essencialmente no progresso de meios e condições para obter vantagem militar decisiva, a partir de intenso desenvolvimento tecnológico e de forte base de informatização que, por um lado, permite um grau de conhecimento e certeza sobre o campo de batalha e, por outro, possibilita estabelecer o combate a uma distância cada

²¹ Consciência Situacional é a percepção precisa dos fatores e condições que afetam a execução da tarefa durante um período determinado de tempo, permitindo ou proporcionando ao seu decisor, estar ciente do que se passa ao seu redor e assim ter condições de focar o pensamento à frente do objetivo. É a perfeita sintonia entre a situação percebida e a situação real.

vez maior do inimigo. (TEIXEIRA, 2009)

As Forças Anfíbias, como parte elementar das Forças Armadas e sua capacidade de projeção de poder, têm as condições e características ideais para atuar em um mundo globalizado. Durante um conflito, a ameaça anfíbia tem a capacidade de paralisar forças adversárias que são forçadas a permanecer em certas áreas para evitar possíveis ataques do mar, facilitando a manobra estratégica projetada. Podemos citar como exemplo a demonstração anfíbia dos fuzileiros navais norte-americanos no contexto da Operação *Desert Storm* durante a Segunda Guerra do Golfo de (1990-91) (ALEXANDER e BARTLETT, 1995). Além disso, uma vez terminada a guerra, e mesmo que as Forças Anfíbias não tenham sido utilizadas, terão um papel relevante na restauração da paz e da ordem de acordo com o direito internacional e os acordos e imposições das Nações Unidas ou de qualquer outra organização internacional que atue sob sua égide.

É necessário fornecer às nossas Forças Armadas uma capacidade de combate ao terrorismo, tanto sob o enfoque preventivo quanto ofensivo, de caráter repressivo a esses regimes que constituem uma séria ameaça à nossa segurança ou à paz mundial. A Força Naval e Anfíbia proporciona a oportunidade de manter uma presença avançada, com a capacidade de dissuasão que isso implica e a possibilidade de dar uma resposta adequada à medida que a crise se agrava.

Tudo isto leva a pensar que as Forças Anfíbias são chamadas a desempenhar um papel mais do que relevante no novo ambiente estratégico, em regiões onde a fragmentação geopolítica exige mobilidade e flexibilidade, e onde a ação baseada no mar pode variar desde uma forma discreta de diplomacia militar até operações anfíbias de alcance variável em ações contra o terrorismo ou em resposta à crises.

4.2 Considerações Parciais

Um sistema de Alianças representa hoje o instrumento com maior potencial para articular a resposta necessária às novas ameaças. As capacidades militares requeridas para o próximo século passam pelas Forças Armadas capazes de se engajar em combates em conjunto com as de outros aliados, participando de guerras ou conflitos em cenários distantes de nosso território.

Uma Força Anfíbia deve assegurar sua disponibilidade por ser composta de elementos navais, anfíbios e aéreos da Marinha, que por sua vez empregam a mesma doutrina, procedimentos e planos de treinamento. Possui, ainda, a capacidade de permanecer no mar por longos períodos de tempo, se necessário, nas proximidades da zona de conflito, pronta para agir e até mesmo, sem fazê-lo materialmente e diretamente, pode estar impedindo ou influenciando uma possível ameaça.

O Corpo de Fuzileiros Navais, força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, em permanente condição de pronto emprego, constitui-se em parcela do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil adequada para ser desdobrada onde quer que seja necessário, seja para influenciar crises ou para dissuadir o adversário.

A mobilidade estratégica da Força Anfíbia lhe permite deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato, onde quer que esteja, sem a necessidade de violar fronteiras ou tratados e sem declarar intenções. A esta mobilidade estratégica acrescenta-se uma mobilidade tática, que lhe permite atuar no ponto da costa que melhor lhe convém, sejam quais forem as condições de tempo, terreno e visibilidade, possuindo a capacidade de agir por períodos prolongados.

Sua aptidão de projeção de poder, por menor que pareça a essência da força, é marcado pela perfeita integração de seus elementos (terrestre, aéreo e naval), sobretudo com a mesma mentalidade e sob um único comando, o que lhes permite ter um poder superior ao

que poderia ser deduzido a partir da ação particular de seus componentes. Os avanços tecnológicos lhes permitirão responder a qualquer situação e perigo que possa surgir e sempre de uma forma seletiva e flexível. A Força Anfíbia deve estar em constante evolução e deve saber se adaptar ao combate em diferentes e variados campos e, para isso, deve se esforçar para tentar se manter na vanguarda em termos de armas e materiais.

5 CONCLUSÃO

O Terrorismo foi transformado em redes de organizações descentralizadas de caráter marcadamente fundamentalista e radical, agindo de forma mais violenta e letal, justificando a possibilidade de ações militares preventivas e, se necessário, ofensivas apoiadas por operações conjuntas multinacionais sob a resolução da ONU. David RAPOPORT, por meio de sua teoria das Quatro Ondas do Terrorismo Moderno, abordou seu avanço nas últimas décadas constatando que analisar e compreender as mudanças desse fenômeno na história são de extrema importância para os Estados que venham a enfrentar essa ameaça.

A adoção de uma missão antiterrorista da OTAN é parte integrante da recente transformação da Aliança. Sem os eventos ocorridos na Europa no início do século e, principalmente, os atentados de 11 de setembro nos EUA, a sua renovação teria seguido o curso de uma dimensão de segurança com operações de gerenciamento de crises.

As resoluções da OTAN sobre a luta contra as novas ameaças significam, por um lado, o reconhecimento de que o principal temor hoje em dia é a potencial combinação de uma ameaça terrorista e a possibilidade do uso de procedimentos não convencionais, sendo o Terrorismo, enquanto tática, uma ferramenta na guerra assimétrica, e enquanto fenômeno, algo mais alinhado a movimentos insurgentes de cunho político-ideológico ou extremista religioso. Por outro lado, o fechamento da permissividade ao terrorismo faz com que Estados inclinados a terem posições de simpatia por grupos ou organizações terroristas localizadas em seu território, estejam passíveis de sofrerem sanções.

As capacidades militares necessárias para o próximo século incluem Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas, bem equipadas e com poder de dissuasão, capazes de se engajar em combate em combinação com as de outros aliados, participando de guerras ou conflitos em teatros distantes de nosso território.

No cenário estratégico atual que está emergindo, no qual a guerra do litoral se

torna de importância vital, as Forças Anfíbias com sua mobilidade, flexibilidade, capacidade de projeção, capacidade expedicionária e permanência tornam-se uma valiosa opção para serem implantadas rapidamente onde necessárias. Uma das mais importantes utilidades da capacidade de projetar forças anfíbias é a versatilidade que ela confere a um poder naval. Flexível e apta a ser empregada em uma ampla gama de situações belicosas ou não, tal competência constitui um importante trunfo de grande valor estratégico na atualidade.

A crescente importância e ambição estratégica do Brasil nos cenários do Atlântico Sul e internacional, torna essencial um melhor equilíbrio entre o crescente peso político e econômico de nosso país no mundo e sua capacidade militar. Um Estado que queira se projetar e assumir maior responsabilidade, precisa inevitavelmente do complemento de um instrumento militar moderno e eficaz, de acordo com as ameaças e riscos à sua soberania. As Forças Armadas devem continuar a desenvolver seus conceitos de emprego, intensificando o treinamento e capacitação em todos os níveis e tipos de ambiente operacional.

O fato de termos forças tecnologicamente avançadas e mesmo unidades específicas treinadas na luta contra o terrorismo, por exemplo, não nos poupa de sofrer o flagelo das novas ameaças. É necessário manter alerta permanente e colaboração mútua, tanto no fortalecimento das atividades de inteligência quanto em revolução nos assuntos militares, para que, através das sinergias dessas forças, possam suprir as deficiências umas das outras e empreender com sucesso as missões que lhes são designadas. A Força Anfíbia deve estar em constante evolução e deve saber adaptar-se ao combate em diferentes e variados campos e, para tal, deve esforçar-se para permanecer na vanguarda em termos de armamento e material.

Por fim, a manutenção de uma Força Anfíbia em constante estado de prontidão e modernamente equipada é essencial para que os anseios nacionais e internacionais sejam alcançados, quais sejam uma política externa mais assertiva e a manutenção de um estado global cooperativo e harmônico.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Joseph H. e BARTLETT Merrill L. **Sea Soldiers in the Cold War: Amphibious Warfare, 1945-1991**. Annapolis: Naval Institute, 1995.

ANTONIO, Roberta. **Desafios da Marinha do Brasil na Promoção da Segurança Nacional: Reflexos de Uma Crise Nacional Multidimensional**. Revista Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 148-177. jan/abr. 2018.

ARANGUIZ, Javiera. **El Consejo de Defensa Suramericano y las Nuevas Amenazas**. Revista Enfoques, v.11, n.19. 2013

AVILÉS, J. **Nascimento do Terrorismo no Ocidente. Anarquia, Niilismo e Violência Revolucionária**. Madri, 2009.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A Grande Mentira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.

BEZERRA, Juliana. **11 de setembro**. Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/11-de-setembro/>>. Acesso em: 21 de mar. 2021.

_____. Estado-Maior da Armada. EMA-305: **Doutrina Militar Naval**. 1a Edição, Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2020.

_____. _____. Estratégia Nacional de Defesa, Brasília, DF, 2020.

_____. _____. Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040), Brasília, DF, 2020.

_____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Publicação CGCFN 0-1: **Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2018.

_____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **O Anfíbio**. nº 28. Ano XXIX. 2010. Ed Extra. Rio de Janeiro, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: UNESP, 2008.

CORPO de Fuzileiros Navais no Século XXI: **A Capacidade Anfíbia Nacional como Reflexo da Estratégia Nacional de Defesa**. Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2019. Disponível em: <<https://www.erabedsudeste2019.abedef.org/resources/anais/12/>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

COSTA, Cristiano. **Síntese Histórica do Terrorismo Moderno - Estamos Vivendo Uma Nova Onda?**. Jornal de Relações Internacionais, Paraná, v 1, n 2, junho, 2017.

DIAS, Marli Barros. **A Intervenção da OTAN no Afeganistão**. Universidade de Évora, Portugal. 2012.

DUARTE, João Paulo. **Terrorismo: Caos, Controle e Segurança**. São Paulo: Desatino, 2014.

FIORI, José Luis. **O Brasil e seu ‘Entorno Estratégico’ na Primeira Década do Século XXI**. 2013. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-e-seu-entorno-estrategico-na-primeira-decada-do-seculo-XXI/4/28080>>. Acesso em: 24 maio 2021.

FOREST, JAMES J. F. **Countering Terrorism and Insurgency in the 21st Century**. Praeger, 2007.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History?**. The National Interest, Summer, 1989.

GONZALES, Neryse. **O Terrorismo e o Contraterrorismo no Brasil: a Resposta da Legislação**. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. 2019

GURKAN, Seda. **La Hora de una Estrategia Antiterrorista**, 2019. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/2008/04/AP_CTRT/ES/index.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021

HAZELTON, J.L. **“Drone Strikes and Grand Strategy: Toward a Political Understanding of the Uses of Unmanned Aerial Vehicle Attacks in US Security Policy”**. Journal of Strategic Studies. 2017b.

HODGSON e TADROS, Jacqueline S. e Victor. **The Impossibility of Defining Terrorism**. 2013.

HUNT, Dave. **Terrorismo Islâmico - Enfrentando a Dura Realidade**. Editora Actual, 2006.

JÚNIOR, José Reinaldo Santos. **O Papel do Sistema Brasileiro de Inteligência no Combate ao novo Terrorismo Global**. 2019.

KAPLAN, J. **Terrorism’s Fifth Wave: A Theory, a Conundrum and a Dilemma**. Perspectives on Terrorism. 2008

KISSINGER, Henry. **On China**. New York: Penguin Books, 2009.

MARTINS, Diogo. **Terrorismo Islâmico Transnacional: Os Desafios ao Ocidente**. Lisboa, 2016

Ministério da Defesa, **Cooperação Internacional**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_cooperacao-internacional>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conflitos**, 2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/tags/conflitos>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Chemical Biological, Radiological and Nuclear Terrorism**, 2020. Disponível em: <<https://www.un.org/counterterrorism/cct/chemical-biological-radiological-and-nuclear-terrorism>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

OTAN. Organização do Tratado do Atlântico Norte. **Nato Introduces New Curriculum to Improve Counter-Terrorism Strategies**, 2020. Disponível em: <<https://www.army-technology.com/news/nato-curriculum-counter-terrorism-strategies/>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

OTAN. Organização do Tratado do Atlântico Norte. **NATO Response Force**. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49755.htm>. Acesso em: 28 mai. 2021.

OTAN. Organização do Tratado do Atlântico Norte. **NATO's Military Concept for Defence Against Terrorism**. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69482.htm>. Acesso em: 18 Jun. 2021.

PEDAHZUR, Ami. **Suicide Terrorism**. 1ª ed. Editora: Polity. 2004.

RAPOPORT, David C. **The Four Waves of Rebel Terror and September 11**. *Anthropoetics - The Journal of Generative Anthropology*, VIII (I), 2002. Disponível em: <<http://www.anthropoetics.ucla.edu/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RAPOPORT, David C. **The Four Waves of Modern Terrorism**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2004.

RAPOPORT, David C. **The Four Waves of Modern Terrorism**. In: HANHIMÄKI, Jussi M.; BLUMENAU, Bernhard (ed.). *An international history of terrorism: Western and Non-Western experiences*. United Kingdom: Routledge; 2013. p.1-44. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286896869_The_four_waves_of_modern_terror_International_dimensions_and_consequences>. Acesso em: 10 maio 2021.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Guerra Híbrida na América do Sul: uma Definição das Ações Políticas Veladas**. *Sul Global. Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n 14, p. 51-81. 2009

SAÍN, Marcelo Fabian. **Las Nuevas Amenazas y Las Fuerzas Armadas en la Argentina de los '90**. XXIII International Congress Latin American Studies Association (LASA). 2001

SIMIONI, Alexandre Arthur Cavalcanti. **O Terrorismo Contemporâneo: Consequências para a Segurança e Defesa do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2008.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. Ed. Routledge, 2018.

US Department of State, **Foreign Terrorism Organization, Bureau of Counterterrorism**, 2021. Disponível em: <<https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

US Department of State, **National Strategy for Combating Terrorism**, 2006. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/s/ct/rls/wh/71803.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História**. São Paulo: contexto 2009.

WEINBERG, Leonard. **The End of Terrorism?**. 1ª ed. Ed. Routledge, 2012.

WEINBERG, L. e EUBANK, W. **What is Terrorism?**. Infobase Publishing. 2006

WEINBERG e PEDAHZUR, Leonard e Ami. **Political Parties and Terrorists Groups**. Routledge, New York, 2003.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo, um Retrato**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005.

WOLOSZYN, André Luis. **Terrorismo Global**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2010.